Tribunal da Relação do Porto
Processo nº 638/22.5T8VCD-C.P1

Relator: MANUEL DOMINGOS FERNANDES

Sessão: 05 Fevereiro 2024

Número: RP20240205638/22.5T8VCD-C.P1

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: APELAÇÃO

Decisão: REVOGAÇÃO

INVENTÁRIO SUBSEQUENTE A DIVÓRCIO

CRÉDITO COMPENSATÓRIO ENTRE CÔNJUGES

TRIBUNAL COMPETENTE

Sumário

I - O crédito compensatório que decorre do disposto no n.º 2 do art. 1676.º CCivil deve exercer-se através de incidente ao processo de inventário, quando a partilha não seja atingida por acordo entre os ex-cônjuges.

II - Por assim a ser, competente para o processamento e decisão do referido incidente será o tribunal onde decorreu (decorre) o inventário respetivo e não qualquer outro.

Texto Integral

Processo nº 638/22.5T8VCD-C

Origem: Tribunal Judicial da Comarca do Porto-Juízo de Família e Menores de Vila do Conde-J2

Relator: Des. Dr. Manuel Fernandes

1º Adjunto Des. Dr^a. Ana Paula Amorim

2º Adjunto Des. Dr. José Eusébio Almeida

Sumário:

.....
.....
.....

*

I- RELATÓRIO

Acordam no Tribunal da Relação do Porto:

AA, divorciada, residente na Avenida, Vila do Conde veio por apenso aos autos de inventário propor contra **BB**, divorciado, residente na Rua ..., Vila do Conde, o presente incidente nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 1676.º, nº 2 e 3 do CCivil, pedindo a sua condenação no pagamento de uma indemnização, no valor de €250.000,00, em consequência de um prejuízo que sofreu na pendência do casamento, resultante do facto desse ter dedicado durante a vida conjugal ao trabalho doméstico e cuidados da família, tendo descurado a sua a valorização profissional, a ponto de hoje em dia não ter qualificações e competências para integrar o mercado de trabalho, ao passo que por força da sua dedicação familiar e doméstica, tal permitiu ao Réu prosperar na sua carreira profissional.

*

Conclusos os autos foi proferido decisão que, julgando verificada a exceção dilatória de incompetência material, declarou o tribunal incompetente, em razão da matéria, para a apreciação da presente ação e, conseqüentemente, absolveu o Réu da instância.

*

Não se conformando com o assim decidido veio a Requerente interpor o presente recurso rematando com as seguintes conclusões:

1- No caso previsto no artigo 1676º do CC, trata-se de uma COMPENSAÇÃO, e não de uma qualquer responsabilidade civil extra- contratual;

2- Constituindo um verdadeiro Incidente do Inventário.

3- Com a Sentença Recorrida ficou prejudicada a aplicabilidade dos artº 292º a 295º, 1082º al d) e 1091º todos do CPC, e por consequência deverá ser Revogada a Sentença, determinando-se que os Autos deverão ser tramitados como Apenso ao Processo de Inventário, fazendo-se assim, inteira e sã justiça.

*

Não foram apresentadas contra-alegações.

*

Foram dispensados os vistos.

*

II- FUNDAMENTOS

O objeto do recurso é delimitado pelas conclusões da alegação do recorrente, não podendo este Tribunal conhecer de matérias nelas não incluídas, a não ser que as mesmas sejam de conhecimento oficioso-cfr. artigos 635.º, nº 4, e 639.º, nºs 1 e 2, do C.P.Civil.

*

No seguimento desta orientação é apenas uma a questão a decidir:

a)- saber se o tribunal recorrido é, ou não, competente em razão da matéria para o presente incidente.

*

A)- FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

A dinâmica factual a ter em consideração para a resolução da questão supra enunciada é a que resulta do relatório supra e que aqui se dá integralmente por reproduzida.

*

III. O DIREITO

Isto dito e como supra se referiu é apenas uma a questão que vem posta no recurso:

a)- saber se o tribunal recorrido é, ou não, competente em razão da matéria para o presente incidente.

Como se evidencia da decisão recorrida aí se entendeu que, no caso, para apreciação do presente litígio era competente o Juízo Central Cível.

É contra este entendimento que se insurge a apelante, defendendo ser o tribunal recorrido competente para o presente incidente.

Quid iuris?

O dever de contribuir para os encargos da vida familiar incumbe a ambos os cônjuges e pode ser cumprido ou pela afetação de meios (de uma prestação pecuniária) ou pelo trabalho no lar ou educação dos filhos (cfr. 1676.º, nº 1 CCivil).

Sempre que se verificar assimetria entre o contributo dos cônjuges para os encargos da vida familiar, reconhece o nº 2 do citado artigo 1676.º, a possibilidade de atribuição de um crédito, de uma compensação de natureza patrimonial.

Tutela-se, aqui, a diminuição da capacidade aquisitiva do cônjuge que, na vigência do matrimónio, realiza uma contribuição para os encargos da vida familiar manifestamente superior àquela que lhe era exigível sacrificando,

designadamente, a sua carreira profissional (por via, por exemplo, do abandono temporário da carreira profissional, de ocupação profissional a tempo parcial que lhe permite responder à maior oneração com os encargos com a vida familiar; Estas situações podem acarretar, como bem se compreenderá, um abrandamento da evolução na carreira, menores oportunidades de progressão e de aumento salarial).

Em suma, o artigo 1676º, nº 2, não reconhece o direito de crédito de um cônjuge sobre o outro, pela sua contribuição excessiva para os encargos da vida familiar, confere **o direito a uma compensação financeira** ao cônjuge que tenha realizado trabalho doméstico e com a educação dos filhos durante a vida em comum e que o fez por ter renunciado, total ou parcialmente, à sua vida profissional, sofrendo prejuízos patrimoniais importantes em consequência dessa opção em benefício da vida em comum.

Como assim, ao contrário do que refere o tribunal recorrido, **não estamos aqui perante qualquer reparação de danos ao cônjuge lesado e, portanto, como também aí se afirma, no âmbito da responsabilidade extracontratual do artigo 483.º do Código Civil.**

Isto dito, a questão que agora importa dilucidar é onde deve tal crédito compensatório ser invocado.

Ora, tal questão tem sido abordada no sentido convergente de que a forma **processualmente válida de exigir este crédito é na partilha e, por isso, constituirá aí um incidente.**

Refere a tal propósito Sandra Passinhas: *“a compensação é, pois, feita após a extinção do casamento e terá, normalmente, lugar na partilha do património conjugal. Será um incidente no processo de inventário com alguma complexidade, é certo, e em alguns casos a discutir nos meios comuns”*.^[1]

Também Tomé de Almeida Ramião^[2], sustenta que deverá ser *“(…) processado como um incidente do processo de inventário, uma consideração de ordem funcional. Terá sido a afinidade das matérias a serem abordadas que ditou essa opção. Por se entender que é no processo onde se discutem e avaliam os bens comuns do casal que, com mais propriedade, se poderá apurar a situação patrimonial dos cônjuges durante o casamento, ajuizando dos encargos da vida familiar e da contribuição de cada um dos cônjuges para a satisfação dos mesmos, que são os elementos a ponderar para efeito da atribuição do referido direito a compensação.*

Aliás, é significativa, apontando nesse sentido, a passagem da exposição de motivos do projeto daquele diploma Projeto de Lei nº 509/X. em que se diz que “este é apenas um caso em que se aplica o princípio geral de que os movimentos de enriquecimento ou de empobrecimento que ocorrem, por razões diversas, durante o casamento, não devem deixar de ser compensados

no momento em que se acertam as contas finais do património”.

Seguindo o mesmo entendimento refere Cristina Dias[3]: *“a compensação aparecerá, no momento da liquidação e partilha, ou como um crédito da comunhão face ao património próprio de um dos cônjuges ou como uma dívida da comunhão face a tal património, permitindo que, no fim, uma massa de bens não enriqueça injustamente em detrimento e à custa de outra Da mesma forma também a jurisprudência se pronuncia sobre a exigibilidade do crédito na partilha.*

Em confluência com este entendimento também a nossa jurisprudência se pronuncia sobre a exigibilidade do crédito na partilha.[4]

Concluindo, uma vez que a partilha dos bens comuns do casal se processa através de inventário [cfr. art. 1082.º d) CPCivil], a compensação em causa terá nele lugar como um incidente **tramitado nesse processo e não por apenso como pretende a apelante.**

Efetivamente a disciplina dos incidentes no processo de inventário está contida no artigo 1091.º do CPCivil que estipula:

1 - *Aos incidentes do processo aplica-se, salvo indicação em contrário, o disposto nos artigos 292.º a 295.º*

2 - *A dedução de um incidente implica a suspensão da instância sempre que o juiz assim o determinar, por considerá-la conveniente, e fixar o momento a partir do qual a mesma opera.*

Ora, nem as normas relativas ao processo de inventário, nem as relativas aos incidentes se referem ao processamento destes por apenso, mas sim à sua tramitação no próprio processo em que se inserem.

*

Assim, pode concluir-se que o crédito compensatório que decorre do disposto no n.º 2 do artigo 1676.º do CCivil deve exercer-se através de incidente autónomo no processo de inventário, quando a partilha não seja atingida por acordo entre os ex-cônjuges, não assistindo, assim, razão ao tribunal de primeira instância quando entende que a competência para apreciação do presente litígio é do Juízo Central Cível.

*

O incidente em causa, sendo autónomo do inventário, **não se processa por apenso, mas integrado naqueles autos, razão porque se não determina, como pretendido pela recorrente, que o incidente continue processado por apenso.**

*

IV- DECISÃO

Pelos fundamentos acima expostos, acordam os Juizes deste Tribunal da Relação em julgar a apelação procedente, por provada e, conseqüentemente, revoga-se o despacho recorrido atribuindo-se a competência ao tribunal recorrido para o processamento e decisão do incidente que deverá correr, não por apenso aos autos de inventário, mas no próprio inventário.

*

Custas pelo apelante que da decisão tirou proveito (artigo 527.º nº 1 do C.P.Civil).

*

Porto, 05 de fevereiro de 2024.

Manuel Domingos Fernandes

Ana Paula Amorim

José Eusébio Almeida

[1] Cfr. “O crédito compensatório previsto no artigo 1676, n.º 2, do código civil português: o que o legislador disse e o que realmente quis dizer, atualidade jurídica iberoamericana, issn 2386-4567, idibe, núm. 6, feb. 2017, p. 78, disponível em https://www.fd.uc.pt/~sandrap/pdfs/sandra_passinhas_pp_70-89.pdf.

[2] In O Divórcio e Questões Conexas, Quid Juris, 2009, pág. 112.

[3] O Crédito pela Compensação do Trabalho Doméstico na Constância do Matrimónio, na coletânea Uma Análise Crítica do Novo Regime Jurídico do Divórcio, Wolters Kluwer/Coimbra Editora, 2010, pág. 206.

[4] Cfr. nesse sentido Acs. da RL de de 14/04/2011, Proc.

2604/08.4TMLSb-A.L1, da RG de 18.10.2011, Proc.

1681/09.5TBBCL.G1 e Ac. desta Relação de 26/04/2021, Processo nº 1167/20.7T8VCD-A.P1, todos consultáveis em dgsi.pt..